

Junho/2016 (Dados de Abril/2016)



Desempenho Fiscal

Meta de resultado primário da União é alterada de superavit de R\$ 24 bilhões para deficit de R\$ 170,5 bilhões, o que torna reduzida a probabilidade de seu descumprimento. Ainda assim, a situação fiscal da União é preocupante, na medida em que a persistência de resultados fiscais negativos não contribui para a contenção da trajetória ascendente do endividamento público.

A. METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO ATÉ ABRIL	LDO ORIGINAL	LDO ATUALIZADA	
		META DO ANO	META DO ANO	A REALIZAR
Setor público consolidado	4,4	30,6	-163,9	-168,4
União	-6,2	24,0	-170,5	-164,3
Governo central	-5,8	24,0	-170,5	-164,7
Empresas estatais	-0,4	0,0	0,0	0,4
Estados e municípios	10,6	6,6	6,6	-4,1

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016.

No primeiro quadrimestre de 2016, o resultado primário da União foi deficitário em R\$ 6,2 bilhões. Vale destacar que, até março, o deficit havia sido de R\$ 15,1 bilhões, e que, no mês de abril, houve superavit de R\$ 8,7 bilhões. Essa aparente melhora pontual se explica em função da sazonalidade típica do mês de abril, historicamente superavitário em razão do calendário de recolhimento de tributos.

No tocante ao cumprimento de metas, conforme destacado em edições anteriores, já se identificava nos primeiros meses do ano a inexecução do alcance da meta original de superavit de R\$ 24 bilhões para todo o exercício.

Nesse contexto, e em face do cenário de retração da atividade econômica, do elevado grau de frustração de receitas e da dificuldade de contenção de despesas, o Poder Executivo havia enviado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial 96/2016, projeto de lei de alteração da LDO (PLN 1/2016) com proposta de redução da meta de superavit da União de R\$ 24 bilhões para R\$ 2,8 bilhões. Nos termos propostos, essa meta ainda poderia

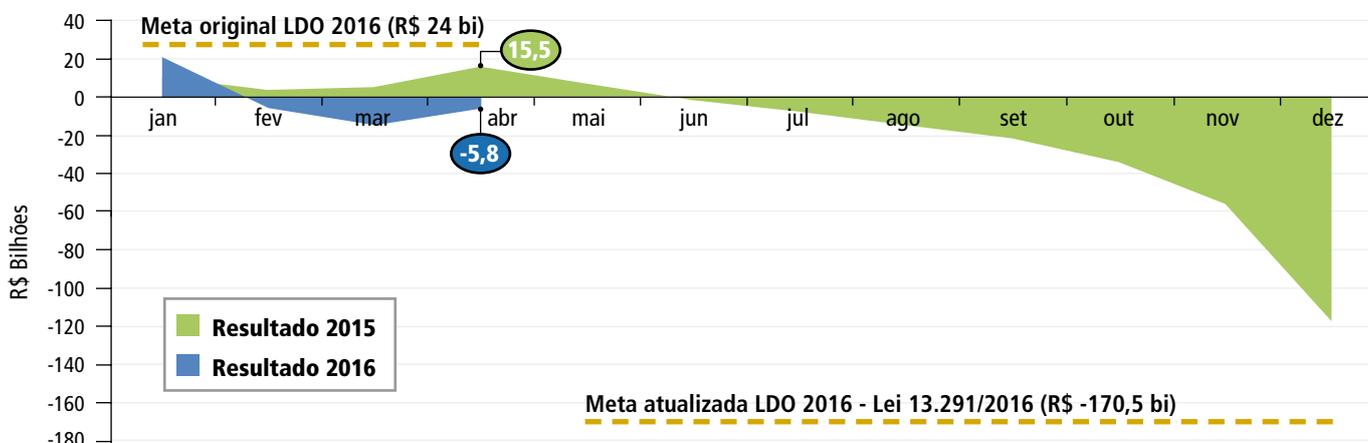
ser reduzida, mediante deduções, em até R\$ 99,4 bilhões, o que possibilitaria a ocorrência de deficit de até R\$ 96,6 bilhões.

Já sob chefia interina, o Poder Executivo solicitou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem Presidencial 282/2016, que a meta de resultado primário da União fosse alterada para deficit de R\$ 170,5 bilhões, tendo em vista, entre outras razões, a inviabilidade de realização do contingenciamento necessário para o alcance da meta original, conforme demonstrado no item E deste **Monitor**. A alteração proposta foi aprovada pelo Congresso e resultou na Lei 13.291/2016.

Para todo o exercício, o mercado projeta desequilíbrio fiscal da União inferior à nova meta estipulada. Segundo o Relatório Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, de abril, a mediana das expectativas de mercado indica deficit primário do governo central de R\$ 104 bilhões em 2016, sendo que a estimativa mais desfavorável aponta para deficit de R\$ 134,4 bilhões.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

Resultado primário acumulado no ano (2015 versus 2016)



Fonte: Banco Central

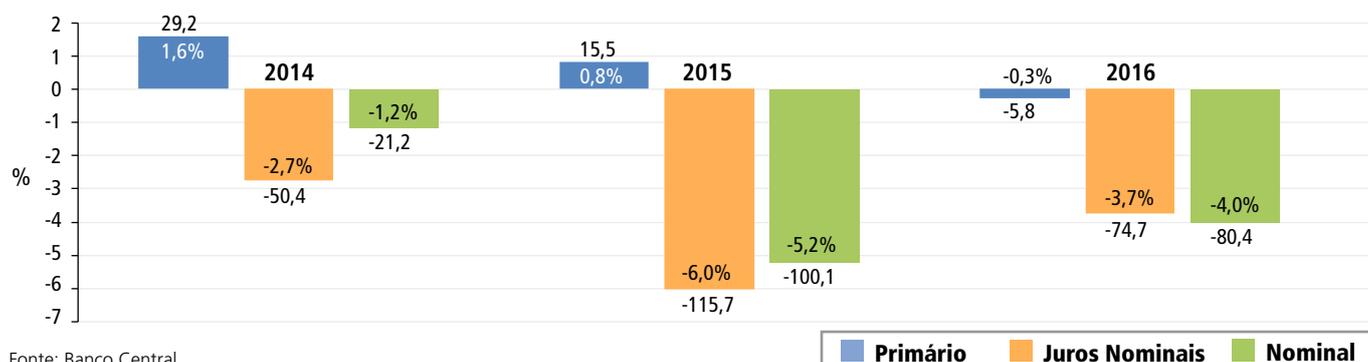
Em abril de 2016, o governo central obteve superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, contra R\$ 10,6 bilhões no mesmo mês de 2015. Trata-se, de fato, de mês historicamente positivo para as contas públicas, conforme já comentado no item A. No quadrimestre, contudo, o governo central acumulou resultado deficitário de R\$ 5,8 bilhões, con-

tra superávit de R\$ 15,5 bilhões no mesmo período de 2015.

Mesmo consideravelmente inferior ao do ano anterior, o resultado acumulado de 2016 mostra-se compatível com a meta de resultado da LDO, recém atualizada pela Lei 13.291/2016.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados fiscais do governo central — 1º quadrimestre (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

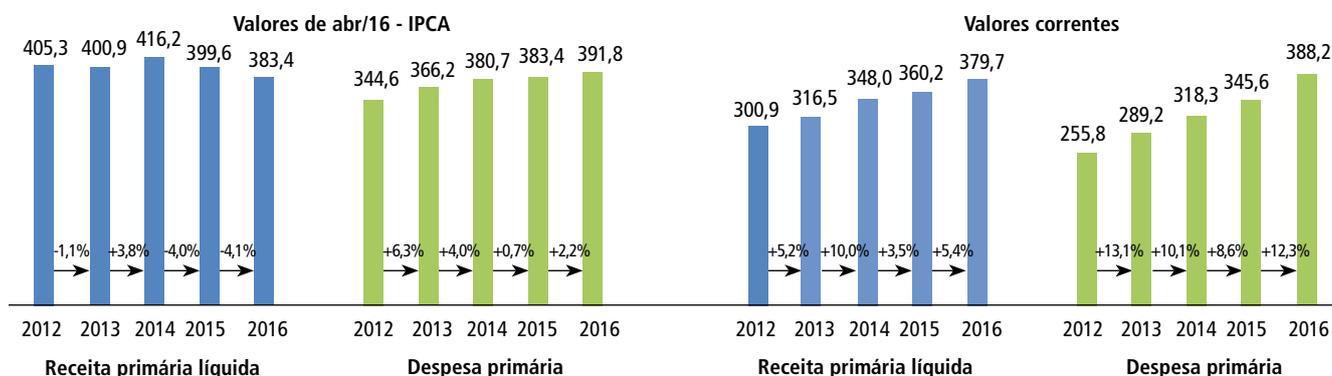
O resultado nominal do governo central no primeiro quadrimestre de 2016 foi deficitário em R\$ 80,4 bilhões (4,0% do PIB). Em 2015, o deficit acumulado no mesmo período foi de R\$ 100,1 bilhões (5,2% do PIB).

Essa melhora do resultado nominal é explicada pela redução dos juros nominais líquidos, que somaram R\$ 74,7 bilhões (3,7% do PIB) até abril deste ano, contra R\$ 115,7 bilhões (6,0% do PIB) no mesmo período de 2015. Essa redução se deve, em grande medida, ao resultado favorável de R\$ 40,6 bilhões nas operações de swap cambial no primeiro quadrimestre de 2016.

Ainda assim, a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir ao longo do ano, tendo em vista seu papel como instrumento de controle da inflação. O Relatório de Inflação do Banco Central, de março, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 6,6% em 2016, enquanto o mercado estima que o índice alcance 7,1% neste ano, conforme Relatório Focus de 27/5/2016. Ambas as previsões se encontram acima, portanto, do teto de 6,5% fixado para a meta do ano.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — 1º quadrimestre (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 4,1% no primeiro quadrimestre de 2016, frente ao mesmo período do ano anterior. A despesa primária, por sua vez, teve aumento real de 2,2% no mesmo período.

Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida teve aumento de 5,4% e a despesa primária acréscimo de 12,3% no quadrimestre em exame. Como resultado desse aumento mais expressivo da despesa em relação à receita, em 2016, o resultado do primeiro quadrimestre foi deficitário, em contraste com superávits observados no mesmo período de anos anteriores.

O desempenho recente da receita tem sido impactado pela queda da atividade econômica, com reflexo, especialmen-

te, na arrecadação das receitas provenientes dos tributos em geral, o que inclui as receitas da Previdência Social, conforme indicado na tabela adiante. No primeiro quadrimestre de 2016, esse desempenho negativo foi parcialmente compensado pelo recolhimento, em janeiro, de R\$ 11,1 bilhões relativos a concessões de usinas hidrelétricas, cujos leilões ocorreram no final de 2015.

Pelo lado da despesa, as principais elevações no primeiro quadrimestre deste ano, frente a igual período de 2015, foram: benefícios previdenciários; abono e seguro desemprego; e subsídios, subvenções e Proagro. Vale lembrar que o aumento do último item decorre da nova sistemática de pagamento adotada pelo governo federal em razão dos Acórdãos 825/2015 e 3.297/2015-TCU-Plenário, relativos às chamadas “pedaladas fiscais”.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

ITEM	RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS				
	FEVEREIRO ¹	1º BIM.	2º BIM.	MAIO ¹	TOTAL
Δ Receita líquida de transferências	-13,7	-20,2	-107,9		-141,8
(+) Δ Despesas obrigatórias	9,8	1,0	30,0		40,8
(+) Δ Meta de resultado primário do governo central da LDO 2016				-194,5	-194,5
(=) Necessidade de contingenciamento	23,4	21,2	137,9	-194,5	-12,0

Fonte: Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias divulgados pela SOF e STN.

¹Relatórios extemporâneos de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, conforme previsto no § 5º do art. 55 da LDO 2016.

Em maio de 2016, houve a edição de dois relatórios de avaliação de receitas e despesas por parte do Poder Executivo. No primeiro, referente ao 2º bimestre do exercício, a redução estimada de R\$ 107,9 bilhões na receita líquida de transferências e o crescimento previsto de R\$ 30 bilhões nas despesas obrigatórias resultariam numa necessidade adicional de contingenciamento de R\$ 137,9 bilhões, o qual totalizaria R\$ 182,5 bilhões até o 2º bimestre. A efe-

tivação desse contingenciamento, contudo, seria inviável, uma vez que a dotação atual de despesas discricionárias é de apenas R\$ 144,8 bilhões.

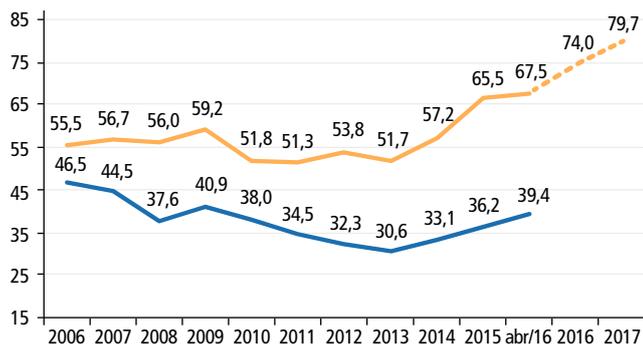
O segundo relatório de avaliação internalizou a meta atualizada da LDO 2016 no cálculo do contingenciamento. Considerando que a meta anterior era de superávit de R\$ 24 bilhões, e a nova, de déficit de R\$ 170,5 bilhões,

abriu-se espaço fiscal de R\$ 194,5 bilhões, o que, segundo o relatório, permite a reversão da necessidade de contingenciamento adicional verificada no primeiro relatório do 2º bimestre (R\$ 137,9 bilhões), além da ampliação dos limites para empenho e movimentação financeira no valor de R\$ 56,6 bilhões.

Em outras palavras, o espaço fiscal de R\$ 194,5 bilhões, aberto em consequência da nova meta, será capaz de dispensar a necessidade de contingenciamento anteriormente apurada, no total de R\$ 182,5 bilhões, além de disponibilizar R\$ 12 bilhões para pagamento de outras despesas, inclusive restos a pagar.

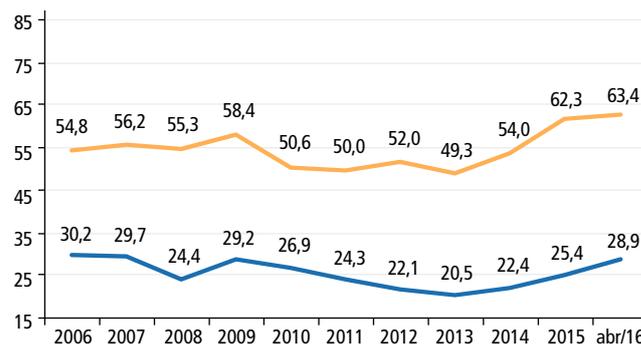
F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a abr/2016



— Dívida bruta do governo geral¹ — Dívida líquida do setor público²
 - - - Projeção do Prisma Fiscal

Governo federal - 2006 a abr/2016



— Dívida bruta³ — Dívida líquida

Fonte: Banco Central e Prisma Fiscal. ¹A dívida bruta do governo geral abrange governo federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais. ² A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. ³ A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/1993 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral cresceu 1,0 p.p. no primeiro quadrimestre de 2016 e atingiu 67,5% do PIB (R\$ 4 trilhões). O acréscimo no período foi influenciado pela elevação das operações compromissadas do Banco Central, que corresponderam, em abril, a 17,3% do PIB, frente a 15,5% do PIB em dezembro de 2015. Como pode ser observado no item C, o crescimento recente do endividamento público tem como pano de fundo a deterioração do resultado primário e a persistência do impacto dos juros no resultado nominal, mesmo considerando, neste último caso, a melhora em relação ao primeiro quadrimestre de 2015.

A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrole da trajetória da dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de abril, deve alcançar 74% do PIB ao final deste ano e 79,7% do PIB em 2017. Vale mencionar que, em relação ao mês anterior, houve uma pequena melhora das expectativas divulgadas pelo Prisma Fiscal.

A dívida líquida do setor público também tem mantido trajetória ascendente no ano, tendo atingido 39,4% do PIB em abril (R\$ 2,4 trilhões). A ampliação de 3,2 p.p. em 2016 é explicada principalmente pelo efeito de 2,3 p.p. do PIB decorrente de ajustes cambiais na dívida externa e pelo encargo de 1,8 p.p. do PIB relativo a juros nominais.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 1,1 p.p. no primeiro quadrimestre e alcançou 63,4% do PIB (R\$ 3,8 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 3,5 p.p. no período e chegou a 28,9% do PIB (R\$ 1,7 trilhão), significativamente afetada pelas condicionantes mencionadas no parágrafo anterior. Com a recente alteração das metas fiscais constantes da LDO 2016 (por força da Lei 13.291/2016), o valor ainda se encontra em patamar inferior ao esperado para o final do exercício.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia
 Arthur Falcão Freire Kronenberger
 Daniel Veloso Couri
 Ingo Antonio Luger
 Maria Emília Miranda Pureza
 Maria Liz de Medeiros Roarelli
 Paulo Roberto Simão Bijos
 Tiago Mota Avelar Almeida
 Túlio Cambraia

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal